

ELEIÇÕES

# Aumenta pressão para Haddad sair candidato

Em dia marcado por especulações, Lula chama ministro para uma conversa no Alvorada

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA  
» RAPHAEL PATI

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) recebeu, ontem, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para um jantar no Palácio da Alvorada. O encontro ocorreu em meio a rumores de que o comandante da economia do governo Lula representará o PT nas eleições para governador de São Paulo. Haddad, porém, negou a jornalistas que a decisão estaria tomada.

O ministro disse que, sobre o assunto, não conversou com o presidente da República na viagem à Índia e à Coreia. “Não conversamos sobre (a candidatura em ) São Paulo durante os oito dias de viagem nem no avião nem nas visitas, não houve nenhuma conversa”, disse ele, após negar a informação da pré-candidatura.

“Eu não conversei com ninguém do PT sobre o assunto e não conversei com o presidente Lula durante a viagem. Antes da viagem, nós tivemos duas conversas sobre o tema, não conclusivas, e vamos, possivelmente, ter outras conversas”, disse ele.

O ministro da Fazenda também assegurou que não marcou data para sair do ministério, mas não confirmou presença na delegação que acompanhará o presidente Lula na viagem aos Estados Unidos, em março, para retomar a negociação sobre tarifas e abertura de mercado com o presidente Donald Trump. “Eu vou conversar com ele sobre isso também (viagem aos EUA). Não tem agenda marcada ainda”, tergiversou.

Uma possível escolha de Haddad para concorrer ao governo de São Paulo resolveria o problema de palanque a Lula, que vai disputar a mais um mandato de presidente

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Fernando Haddad tem dito que quer participar do comando da campanha à reeleição do presidente Lula

da República. Nas eleições de 2022, Haddad representou o PT na corrida ao Palácio dos Bandeirantes, substituindo Lula, que estava preso em Curitiba por ordem do então juiz (e atual senador) Sergio Moro (União-PR). Porém, perdeu para o atual governador e possível candidato à reeleição, Tarcísio de Freitas (Republicanos).

### Palanques fortes

O presidente Lula tem estimulado seus ministros a entregar os cargos para disputar as eleições de outubro. A estratégia do Planalto é

construir palanques fortes e plura

rais na sua campanha de reeleição. Além de Haddad, que já anunciou a intenção de deixar a Esplanada — a princípio, para coordenar a campanha pela reeleição de Lula —, mais 19 ministros devem deixar o governo até 4 de abril, dada final de desincompatibilização para quem pretende concorrer ao pleito deste ano.

A marcação de uma data para deixar a pasta da Fazenda, inclusive, foi tratada na conversa de ontem, entre Haddad e Lula, no Alvorada. Segundo ele, essa definição dependerá da viagem aos

Estados Unidos. No início do ano, a expectativa era que Haddad deixasse o cargo ainda em fevereiro, mas a presença dele no time que acompanhará Lula no encontro com Trump é considerada essencial. Na pauta do encontro, temas estratégicos, como a exploração de minerais críticos e terras raras, além da negociação das tarifas que ainda incidem sobre produtos brasileiros. Outro tema de interesse bilateral é o combate crime organizado transnacional e ao narcotráfico. Os dois líderes também vão conversar sobre a geopolítica da América Latina.

# Troca de Alckmin irrita o PSB

» VICTOR CORREIA

A possibilidade de troca do vice-presidente Geraldo Alckmin por um nome do MDB na chapa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva está incomodando lideranças do PSB. A mudança é defendida por uma ala do PT, que defende a ampliação do leque de alianças políticas na campanha pela reeleição. Integrantes da legenda ouvidos pelo **Correio** apontam que há um erro de cálculo por parte de aliados de Lula e acreditam que há poucas chances de o presidente autorizar a mudança.

A movimentação ganhou força nas últimas semanas e foi tema de uma reunião do diretório paulista do PT, na última segunda-feira. No encontro, ficou claro que há uma divisão interna no partido em relação à permanência de Alckmin em um novo mandato presidencial. Sob reserva, correligionários do vice-presidente dizem estranhar o movimento de aliados de Lula, especialmente com o bom desempenho de Alckmin, também, no cargo de ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. Porém, acreditam que Lula vai mantê-lo ao seu lado. O PSB foi o primeiro partido a declarar apoio à reeleição do petista.

Para lideranças do PSB, não faz sentido que Lula componha com

Rafa Neddermeyer/Agência Brasil



Geraldo Alckmin prefere seguir como vice de Lula a disputar eleição em SP

um partido que não vai entregar apoio nacional, mesmo que tenha grande força política. Eles atribuem à chapa “Lula com Chuchu” — referência ao apelido “picolé de chuchu” que Alckmin recebeu quando ainda era governador de São Paulo — a vitória apertada nas eleições de 2022 contra o então presidente Jair Bolsonaro (PL).

Porém, a ideia ganhou corpo no início de fevereiro, após Lula declarar que tanto Alckmin quanto o ministro da Fazenda, Fernando

Haddad, “sabem que têm um papel para cumprir em São Paulo”. A fala foi interpretada como um recado para que o vice-presidente decida concorrer a um cargo em seu estado natal, apesar de Lula ter amenizado a situação, dias depois, tecendo elogios ao vice em evento do PT em Salvador. Alckmin, por sua vez, demonstrou irritação com os rumores de aliados e disse que, se não estiver na chapa presidencial, não vai concorrer a nenhum outro cargo. Ontem, em entrevista ao jornal

*Folha de S.Paulo*, o ministro da Educação, Camilo Santana, disse que “é viável discutir espaço na chapa” para ampliar as alianças de Lula, e citou os nomes do ministro dos Transportes, Renan Filho (filho do senador Renan Calheiros) e do governador do Pará, Helder Barbalho, como boas opções.

Ao **Correio**, o vice-líder do PSB na Câmara, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), disse que considerar a troca na chapa é uma “insensatez” e uma “deslealdade” com Alckmin e com a legenda. Ele aponta que, apesar de o MDB ter ministros que ganharam destaque no governo Lula, nenhum deles tem a mesma capacidade de ampliar alianças do que o atual vice-presidente.

“Ele é do principal colégio eleitoral do Brasil, conversa com todas as correntes políticas. De uma lealdade indiscutível, uma capacidade de trabalho extraordinária. Demonstrou isso em diversos episódios do governo, por exemplo, negociando as taxas do governo americano”, comentou o deputado. Ele rebateu ainda a fala do titular da Educação. “Eu acho que isso é um equívoco enorme, uma falta de compreensão, com todo o respeito ao ministro Camilo. Demonstra um equívoco e falta de compreensão política do momento que estamos vivendo”, acrescentou.

# TSE começa a definir regras para eleição de outubro

» VINICIUS DORIA

Nas próximas eleições, os partidos poderão incluir, em suas prestações de contas à Justiça Eleitoral, despesas relacionadas à prevenção, à repressão e ao combate à violência política contra a mulher. Também poderão custear a contratação de segurança para proteção das candidatas. Essa é uma das sete resoluções aprovadas, ontem,

pelo Tribunal Superior Eleitoral, para disciplinar o pleito de outubro. Mais sete resoluções serão votadas na sessão da próxima semana da Corte, marcada para segunda-feira.

Em outra decisão, o TSE permitirá que eleitores ou eleitoras beneficiados por medidas protetivas possam obter dispensa da função de mesário, em caso de convocação.

O TSE também aprovou a

regulamentação do programa Seu voto importa, que vai assegurar transporte gratuito especial, no dia da votação, para eleitores com deficiência ou mobilidade reduzida. Segundo a resolução, a solicitação do transporte especial deverá ser feita pelo interessado com até 20 dias de antecedência nos TREs. Eleitores de territórios indígenas, de comunidades remanescentes de quilombos e de comunidades

tradicionais têm direito de solicitar o benefício.

“Essa é uma resolução que marca um importante passo adiante da Justiça Eleitoral. Há 14 anos, a Justiça Eleitoral promove acessibilidade para que todas as pessoas tenham plenas condições do exercício de voto, que é um direito e uma obrigação”, declarou a ministra Cármen Lúcia, que relatou a resolução.

## NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br

Maurenilson



## Quebra de sigilo do filho de Lula mostra cerco da oposição ao governo

A quebra dos sigilos bancário e fiscal de Fábio Luís Lula da Silva, o Lulinha, pela CPMI do INSS, somada à decisão judicial que já havia autorizado medidas semelhantes no âmbito da investigação criminal, representaram uma típica “bola nas costas” no Palácio do Planalto. O governo vinha administrando a comissão com relativa folga, amparado por maioria circunstancial e pela capacidade de modular convocações incômodas. A votação que atingiu o filho do presidente Luiz Inácio Lula da Silva mudou o eixo político da CPMI.

O fato novo não é apenas a deliberação da comissão parlamentar. O ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), já havia autorizado a quebra de sigilos em investigação conduzida pela Polícia Federal. Agora, Lula está diante de um duplo cerco, um na frente política (CPMI), outro na judicial, que vão se apertar e aumentar o desgaste pessoal do presidente da República e do governo.

A CPMI investiga descontos indevidos em benefícios de aposentados e pensionistas do INSS, supostamente operacionalizados por Antônio Carlos Camilo Antunes, o “Careca do INSS”. O prejuízo é estimado em R\$ 6,3 bilhões e atinge um segmento social historicamente associado à base eleitoral do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Trata-se de um escândalo com alto potencial simbólico: envolve idosos, renda mínima e confiança no Estado.

Até a citação de Lulinha, o governo se defendia com uma narrativa eficaz: tratava-se de esquema iniciado em 2019, atravessando a gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro. O Palácio do Planalto tomou providências para ressarcimento e apuração rigorosa do escândalo. A entrada do filho do presidente no radar, mesmo que não seja denunciado, altera a equação. Mesmo que não se prove qualquer ilícito, o custo político é sobretudo eleitoral. A oposição ganha uma narrativa fácil para comunicação com o eleitor, associando corrupção bilionária, aposentados prejudicados e possível elo com familiar do presidente.

Como a mulher de Cesar, o dilema dos filhos de presidentes ajuda a ilustrar o problema: não basta ser honesto; é preciso parecer honesto. A situação impõe a Lula uma postura institucionalmente correta, reafirmar autonomia da PF e do Judiciário, mas pessoalmente constrangedora. A comissão deixou de ser apenas instrumento de apuração e se converte em arena de desgaste contínuo. Opera em dois tempos: o jurídico e o midiático.

O primeiro depende de provas; o segundo, de fatos políticos e vazamentos seletivos. Mesmo sem indiciamento, a simples manutenção do nome de Lulinha no noticiário por meses já produzirá efeito corrosivo. É nesse ponto que o governo se torna dependente do Centrão. Para evitar convocações mais agressivas, ampliação de diligências ou pautas hostis, o Executivo precisa negociar apoio permanente. Isso significa concessões orçamentárias, espaço político e influência em cargos estratégicos. O custo da governabilidade será muito alto.

Promiscuidade em ano eleitoral, qualquer associação entre o presidente e escândalo que atinja aposentados tem peso ampliado. Ainda que Lula tenha afirmado publicamente que “ninguém ficará livre” e que “se tiver filho meu envolvido, será investigado”, a oposição explorará cada etapa da investigação como evidência de fragilidade moral. Um governo eleito com discurso de reconstrução institucional e justiça social passa a depender ainda mais de alianças pragmáticas para conter danos políticos. Escândalos envolvendo familiares têm impacto próprio. Mesmo quando não resultam em condenação, alimentam percepções difusas de promiscuidade entre público e privado. E percepções, nas eleições, são como fatos.

O INSS nasceu em 1990 da fusão do Iapós com o INPS e convive historicamente com fraudes, desde o caso Jorgina de Freitas nos anos 1990 até os esquemas atuais. O problema é estrutural: fragilidade de controles, volume gigantesco de recursos e capilaridade nacional. O escândalo atual é ainda maior e ocorre em ambiente de hiperexposição digital. Se nada for comprovado contra Lulinha, o governo poderá alegar tentativa de exploração política. Mas até lá, a investigação será uma dor de cabeça permanente. Cada nova fase da Operação Sem Desconto, cada novo depoimento ou planilha apreendida, reacenderá a controvérsia.

O Planalto também subestimou o potencial de convergência entre investigação judicial e iniciativa parlamentar. A quebra de sigilo, tanto na esfera da CPMI quanto na decisão do ministro do STF, cria um corredor institucional difícil de bloquear sem custo político elevado. Para contê-lo, o governo terá que se entender com o Centrão nos termos estabelecidos pelos presidentes do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), e da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB).

Ontem, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do INSS ouviu Paulo Otávio Montalvão Camisotti, filho do empresário Maurício Camisotti, e aprovou a quebra dos sigilos bancário e fiscal de Fábio Luís Lula da Silva, o Lulinha. A sessão foi precedida por confusão e chegou a ser suspensa após bate-boca entre parlamentares. A base governista decidiu recorrer ao presidente do Congresso, Davi Alcolumbre (União-AP), para contestar a votação que aprovou a quebra de sigilo fiscal e bancário de Lulinha, no âmbito da CPMI do INSS. Sua decisão ainda é uma charada.